



JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR  
JULIANO HEINEN  
MARINÊS RESTELATTO DOTTI  
RAFAEL MAFFINI

## COMENTÁRIOS À LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS

LEI Nº 13.303/16

2ª edição

### Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

### Público-alvo/consumidores

Acadêmicos de direito. Profissionais que atuam na área. Servidores e gestores públicos

O estatuto das empresas públicas, das sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que a Lei nº 13.303/2016 vem de veicular, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 19/1998, dedica grande parte de suas disposições a princípios e normas que lhes devem reger a atividade administrativa, nada obstante empresariais. Daí a relevância de se examinar o que estabelece a norma estatutária especial quanto ao desempenho dos agentes dessas empresas ao tomarem decisões de tão extensa quanto profunda repercussão sobre a ordem econômica e social do país. É o que os autores dos presentes comentários pretendem submeter à reflexão de seus leitores, apresentando-se:

- Comentários minuciosos a cada dispositivo;
- Casos práticos e possibilidades de incidência em cada regra;
- Perspectiva jurisprudencial presente em cada tema;
- Modelos de editais relativos aos comentários à referida legislação;
- Tabelas comparativas que facilitam a compreensão do conteúdo exposto.

FORMATO: 17 X 24 cm  
CÓDIGO: 10001662

C732 Comentários à Lei das Empresas Estatais: Lei nº 13.303/16/ Jessé Torres Pereira Junior ...[et al.]. 2. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2020.

843p.; 17x24cm

ISBN: 978-85-450-0704-3

1. Direito Administrativo. I. Pereira Junior, Jessé Torres. II. Heinen, Juliano. III. Dotti, Marinês Restelatto. IV. Maffini, Rafael. V. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; HEINEN, Juliano; DOTTI, Marinês Restelatto; MAFFINI, Rafael. *Comentários à Lei das Empresas Estatais: Lei nº 13.303/16*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 843p. ISBN 978-85-450-0704-3.

## JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR

Desembargador e professor-coordenador dos cursos de pós-graduação de Direito Administrativo da Escola da Magistratura e da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Autor, individual ou em coautoria, de livros e artigos especializados em direito público.

## JULIANO HEINEN

Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor de graduação em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) e da Faculdade IMED, e de pós-graduação em Direito (Faculdade IMED, UNISINOS, UNIRITTER, Universidade de Caxias do Sul). Professor nos cursos de extensão da Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE), da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), da Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do RS (FESDEP) e da Escola Superior de Advocacia Pública do Rio Grande do Sul (ESAPERGS). Autor de dezenas de livros, destacando-se *Comentários à Lei Anticorrupção: Lei nº 12.846/2013* (Editora Fórum) e *Comentários à Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527/2011* (Editora Fórum). Ex-Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, desempenha as funções de Procurador do Estado do Rio Grande do Sul.

## MARINÊS RESTELATTO DOTTI

Advogada da União. Especialista em Direito do Estado e em Direito e Economia pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora nos cursos de especialização em Direito Público com ênfase em Direito Administrativo da UniRitter – *Laureate International Universities*, em Porto Alegre. Autora da obra *Governança nas contratações públicas: aplicação efetiva de diretrizes, responsabilidade e transparência: inter-relação com o direito fundamental à boa administração e o combate à corrupção*. Coautora das seguintes obras: *Políticas públicas nas licitações e contratações administrativas; Limitações constitucionais da atividade contratual da administração pública; Convênios e outros instrumentos de Administração Consensual na gestão pública do século XXI: restrições em ano eleitoral; Da responsabilidade de agentes públicos e privados nos processos administrativos de licitação e contratação; Gestão e proibição na parceria entre Estado, OS e OSCIP; Microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas nas contratações públicas; Comentários ao RDC integrado ao sistema brasileiro de licitações e contratações públicas; e 1.000 perguntas e respostas necessárias sobre licitação e contrato administrativo na ordem jurídica brasileira*. Colaboradora nas obras: *Direito do estado: novas tendências; Direito Público do Trabalho: estudos em homenagem a Ivan D. Rodrigues Alves; Contratações públicas: estudos em homenagem ao professor Carlos Pinto Coelho Motta; Licitações públicas: estudos em homenagem ao jurista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes; Comentários ao sistema legal brasileiro de licitações e contratos administrativos; e Temas atuais de Direito Público*. Conferencista na área de licitações e contratações públicas.

## RAFAEL MAFFINI

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (1998). Mestre (2001) e Doutor (2006) em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto de Direito Administrativo e Notarial do Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da UFRGS. Professor de Direito Administrativo no Curso de Especialização em Direito do Estado e Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Direito (mestrado e doutorado) da UFRGS. Advogado e parecerista em Porto Alegre, na condição de sócio-diretor do escritório Rossi, Maffini, Milman & Grando Advogados. Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, em vaga destinada a advogados, para os biênios 2016-2018 e 2018-2020.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	27
--------------------	----

### COMENTÁRIOS – ARTIGOS 1º-27

RAFAEL MAFFINI

TÍTULO I DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS PÚBLICAS E ÀS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA .....	31
---	----

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

<b>Art. 1º</b> .....	31
1. Considerações introdutórias .....	32
2. Questão da competência legislativa .....	34
3. Objeto da Lei nº 13.303/2016 .....	37
4. Aplicação da Lei nº 13.303/2016 às estatais que prestam serviços públicos .....	39
5. Empresas estatais de pequeno porte .....	42
<b>Art. 2º, 3º e 4º</b> .....	45
1. Formas de atuação (intervenção) do Estado na Ordem Econômica .....	46
2. Requisitos de criação de empresas públicas e sociedades de economia mista .....	47
3. Criação de subsidiárias e participação acionária em empresas privadas .....	51
4. Comparação entre empresas públicas e sociedades de economia mista .....	52
5. Conceito legal e características das empresas públicas .....	55
6. Conceito legal e características das sociedades de economia mista .....	56

CAPÍTULO II DO REGIME SOCIETÁRIO DA EMPRESA PÚBLICA E DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA .....	59
--	----

Seção I Das Normas Gerais .....	59
------------------------------------	----

<b>Art. 5º, 6º, 7º e 8º</b> .....	59
-----------------------------------	----

<b>Art. 9º</b> .....	60
----------------------	----

<b>Art. 10, 11 e 12</b> .....	61
-------------------------------	----

<b>Art. 13</b> .....	62
----------------------	----

1. Aspectos gerais do regime societário das empresas estatais .....	62
2. Deveres de governança corporativa, de transparência, de gestão de risco e de controle interno .....	65
3. Comitê de Elegibilidade .....	72
4. Arbitragem .....	77
5. Diretrizes e restrições legais para a estruturação e funcionamento das empresas estatais .....	79

Seção II Do Acionista Controlador .....	82
--	----

<b>Art. 14 e 15</b> .....	82
---------------------------	----

Seção III Do Administrador .....	86
-------------------------------------	----

<b>Art. 16 e 17</b> .....	86
---------------------------	----

1. Do regime jurídico aplicável aos administradores das estatais .....	88
2. Dos requisitos e vedações aplicáveis na indicação dos membros do Conselho de Administração e na Diretoria .....	90
3. Outros institutos decorrentes da profissionalização das estatais .....	102

Seção IV	
<b>Do Conselho de Administração .....</b>	<b>103</b>
<b>Art. 18, 19, 20 e 21 .....</b>	<b>103</b>
1. Das competências do Conselho de Administração das estatais .....	104
2. Participação de representante dos empregados no Conselho de Administração .....	105
3. Participação de representante dos acionistas minoritários no Conselho de Administração .....	107
4. Limite de participação remunerada de membros da administração pública em Conselhos de Administração .....	109
Seção V	
<b>Do Membro Independente do Conselho de Administração .....</b>	<b>111</b>
<b>Art. 22 .....</b>	<b>111</b>
Seção VI	
<b>Da Diretoria.....</b>	<b>114</b>
<b>Art. 23 .....</b>	<b>114</b>
Seção VII	
<b>Do Comitê de Auditoria Estatutário .....</b>	<b>116</b>
<b>Art. 24 .....</b>	<b>116</b>
<b>Art. 25 .....</b>	<b>117</b>
1. Competências e funcionamento do Comitê de Auditoria Estatutário .....	118
2. Composição do Comitê de Auditoria Estatutário e requisitos para a indicação de seus membros .....	119
Seção VIII	
<b>Do Conselho Fiscal .....</b>	<b>121</b>
<b>Art. 26 .....</b>	<b>121</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA PÚBLICA E DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA</b>	
<b>127</b>	
<b>Art. 27 .....</b>	<b>127</b>
REFERÊNCIAS .....	129
<b>COMENTÁRIOS – ARTIGOS 28-67</b>	
<b>JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR E MARINÊS RESTELATTO DOTTI</b>	
<b>TÍTULO II</b>	
<b>DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS PÚBLICAS, ÀS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ÀS SUAS SUBSIDIÁRIAS QUE EXPLOREM ATIVIDADE ECONÔMICA DE PRODUÇÃO OU COMERCIALIZAÇÃO DE BENS OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AINDA QUE A ATIVIDADE ECONÔMICA ESTEJA SUJEITA AO REGIME DE MONOPÓLIO DA UNIÃO OU SEJA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS .....</b>	<b>131</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>DAS LICITAÇÕES.....</b>	<b>131</b>
Seção I	
<b>Da Exigência de Licitação e dos Casos de Dispensa e de Inexigibilidade.....</b>	<b>131</b>
<b>Art. 28 .....</b>	<b>131</b>
1. Procedimento licitatório .....	133
2. Autoaplicabilidade do regime de licitação e contratação da Lei nº 13.303/16 .....	134
3. Decreto nº 2.745/98 (regulamento de licitações e contratações da Petrobras) .....	135
4. Afastamento do procedimento licitatório .....	135

5.	Aplicabilidade da Lei nº 13.303/16 em licitações realizadas por empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços.....	139
6.	Comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados aos objetos sociais das empresas estatais .....	141
7.	Contratos de terceirização de mão de obra .....	150
8.	Contratação de advogado para atuar na defesa de dirigente da empresa estatal .....	152
9.	Alienação de bens e ativos .....	153
10.	Tratamento privilegiado às entidades de menor porte .....	154
11.	Aplicação do Decreto federal nº 8.538/15.....	155
12.	Momento apropriado para aferição da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.....	155
13.	Prazo especial para regularização da situação fiscal.....	156
13.1	Regularização tão só da situação fiscal .....	157
14.	Aplicabilidade do art. 81 da Lei nº 8.666/93 .....	157
15.	Documentos comprobatórios da regularidade fiscal da entidade de menor porte.....	158
16.	Exigência de regularidade fiscal nas licitações e contratações das empresas estatais ....	159
17.	Empate ficto e aplicação do art. 44, §1º, da Lei Complementar nº 123/06.....	160
18.	Participação exclusiva de entidades de menor porte em licitação dividida em itens ou lotes/grupos .....	160
19.	Subcontratação.....	162
20.	Reserva de cotas.....	163
21.	Contratação preferencial de entidades de menor porte .....	165
22.	Tratamento favorecido aplicável às sociedades cooperativas .....	166
23.	O minudente tratamento diferenciado deferido às microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas em licitações e contratações .....	166
24.	Aplicação da Lei nº 13.303/16, no que couber, aos convênios e contratos de patrocínio	166
25.	Natureza jurídica do patrocínio .....	166
26.	Restrições à concessão de patrocínio.....	167
27.	Inaplicabilidade de licitação prévia para a concessão de patrocínio .....	167
28.	Convênio .....	169
29.	Realização de licitação para a celebração de convênio.....	170
30.	Prévia licitação para a celebração de ajuste com entidade privada sem fins lucrativos	170
31.	Inaplicabilidade de prévia licitação para a celebração de convênio com ente público ...	171
32.	Ajustes celebrados com organizações da sociedade civil.....	171
33.	Processo seletivo para a escolha da organização da sociedade civil .....	172
34.	Ajustes celebrados com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	173
35.	Análise do histórico de envolvimento com corrupção ou fraude na celebração de convênio .....	174
36.	Adoção de controles e políticas de integridade .....	174
37.	Vedações à celebração de convênios e contratos de patrocínio .....	174
38.	Vedação à celebração de convênio e contrato de patrocínio com dirigente de partido político.....	175
39.	Vedação à celebração de convênio e contrato de patrocínio com titular de mandato eletivo .....	175
40.	Vedação à celebração de convênio e contrato de patrocínio com empregado ou administrador de empresa estatal, ou com seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, e também com pessoa jurídica cujo proprietário ou administrador seja uma dessas pessoas .....	176
<b>Art. 29</b>	.....	178
1.	Regra geral da licitação.....	180
2.	Distinção entre dispensa e inexigibilidade de licitação .....	181
3.	Rol taxativo.....	181
4.	Fornecedor exclusivo e dispensa de licitação.....	181
5.	Dispensa de licitação em razão do valor (art. 29, I e II) .....	182
6.	Preferência às entidades de menor porte nas contratações diretas pelo valor .....	184
7.	Alteração de valores autorizadores da dispensa de licitação .....	185
8.	Dispensa decorrente de licitação deserta (art. 29, III) .....	186
9.	Dispensa decorrente de licitação frustrada (art. 29, IV).....	186
10.	Dispensa de licitação para locação ou compra de imóvel (art. 29, V).....	187
11.	Locação nos contratos de construção ajustada, locação sob medida ou "built to suit" ...	188
12.	Dispensa de licitação na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento (art. 29, VI) .....	190
13.	Dispensa de licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso (art. 29, VII) .....	191
14.	Dispensa de licitação para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica (art. 29, VIII).....	192

15.	Dispensa de licitação na contratação de associação de pessoas com deficiência física (art. 29, IX) .....	192
16.	Dispensa de licitação na contratação de concessionário, permissionário ou autorizado para fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural e de outras prestadoras de serviço público (art. 29, X).....	193
17.	Dispensa de licitação nas contratações entre empresas públicas ou sociedades de economia mista e suas respectivas subsidiárias (art. 29, XI) .....	194
18.	Dispensa de licitação na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis (art. 29, XII) .....	195
19.	Dispensa de licitação para o fornecimento de bens e serviços envoltivos de complexidade tecnológica e defesa nacional (art. 29, XIII) .....	196
20.	Dispensa de licitação para as contratações que visem ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973/04 (art. 29, XIV) .....	197
21.	Dispensa de licitação decorrente de situação emergencial (art. 29, XV) .....	199
22.	Contratação emergencial decorrente de desídia administrativa.....	200
23.	Responsabilidade por ato de improbidade administrativa em razão de conduta que tenha dado causa à situação emergencial .....	201
24.	Responsabilidade por ato de improbidade administrativa em razão de conduta que dispense indevidamente o procedimento licitatório.....	202
25.	Dispensa de licitação na transferência de bens a órgãos e entidades da administração pública (art. 29, XVI) .....	203
26.	Dispensa de licitação na doação de bens móveis para fins e usos de interesse social (art. 29, XVII) .....	204
27.	Justificativa dos atos que transferem o domínio de bens a órgãos e entidades da administração pública e a terceiros privados.....	205
28.	Dispensa de licitação na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que as empresas estatais produzam ou comercializem (art. 29, XVIII) .....	206
28.1.	Regime especial de desinvestimento das sociedades de economia mista .....	207
28.1.1.	Venda de ações por empresas estatais ou suas subsidiárias ou controladas .....	208
29.	Dispensa indevida de licitação e presunção de prejuízo ao erário .....	210

<b>Art. 30</b> .....	211
1. Inexigibilidade de licitação .....	212
2. Rol exemplificativo.....	212
3. Fornecedor exclusivo .....	212
4. Competência para atestar a exclusividade do fornecedor .....	214
5. Serviços técnicos especializados .....	214
6. Singularidade do objeto.....	214
7. Notória especialização .....	215
8. Sobrepreço ou superfaturamento.....	215
9. Formalidades legais .....	217
10. Razão da escolha do fornecedor ou executante .....	217
11. Justificativa do preço.....	218

## Seção II

### **Disposições de Caráter Geral sobre Licitações e Contratos.....**

<b>Art. 31</b> .....	219
1. Seleção da proposta mais vantajosa.....	220
2. Sobrepreço.....	221
3. A consulta baseada em três orçamentos .....	224
4. Margem de tolerância para a aceitação da melhor proposta .....	225
5. Providências a serem tomadas pela empresa uma vez verificada a existência de sobrepreço no curso do contrato.....	225
6. Superfaturamento.....	226
7. Medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas.....	227
8. Deficiência na execução de obras e serviços de engenharia, de que resulte diminuição da qualidade, da vida útil ou da segurança .....	227
9. Alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia, geradoras de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado.....	228
10. Alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a empresa pública ou a sociedade de economia mista, ou reajuste irregular de preços.....	230
11. Alterações de cláusulas financeiras geradoras de recebimentos contratuais antecipados .....	230
12. Distorção do cronograma físico-financeiro .....	231
13. Planilha de formação de custos .....	233
14. Prorrogação injustificada de prazo contratual, com custos adicionais para a empresa pública ou a sociedade de economia mista .....	234
15. Reajuste irregular de preços .....	235

16.	Responsabilidade decorrente de superfaturamento nas contratações diretas .....	236
17.	Precedentes do Tribunal de Contas da União a respeito do superfaturamento .....	236
18.	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi e Sistema de Custos Referenciais de Obras – Sicro .....	237
19.	Princípios .....	240
19.1	Legalidade .....	241
19.2	Impessoalidade .....	242
19.3	Moralidade .....	242
19.4	Igualdade .....	243
19.5	Publicidade .....	243
19.6	Eficiência .....	244
19.7	Probidade administrativa .....	245
19.7.1	Sujeitos passivos do ato de improbidade administrativa .....	246
19.7.2	Sujeitos ativos do ato de improbidade administrativa .....	247
19.8	Economicidade .....	248
19.9	Desenvolvimento nacional sustentável .....	248
19.10	Vinculação ao instrumento convocatório .....	251
19.11	Competitividade .....	252
19.12	Julgamento objetivo .....	252
20.	Procedimento de manifestação de interesse privado .....	253
<b>Art. 32</b>	.....	255
1.	Diretriz .....	256
2.	Padronização do objeto da licitação .....	256
3.	Padronização de instrumentos convocatórios e minutas de contratos .....	258
4.	Exame de minutas de instrumentos convocatórios e contratos pela assessoria jurídica .....	259
5.	Busca da maior vantagem para a empresa pública ou sociedade de economia mista .....	261
6.	Parcelamento do objeto .....	262
6.1	Parcelamento do objeto em lotes ou grupos .....	263
6.2	Aquisição de itens do grupo de forma individualizada .....	265
7.	Serviços distintos .....	267
8.	Fracionamento de despesa .....	267
9.	Planejamento .....	268
10.	Adoção preferencial do pregão .....	271
11.	Forma eletrônica do pregão .....	272
12.	Bens e serviços de natureza comum .....	274
13.	Bens e serviços de tecnologia da informação .....	275
14.	Utilização do pregão na contratação de serviço de engenharia .....	276
15.	Aplicação de sanção na modalidade pregão .....	276
16.	Utilização da modalidade pregão e aplicação de sanções decorrentes de atraso injustificado na execução do contrato ou de sua inexecução parcial ou total .....	279
17.	Política de integridade .....	279
18.	Respeito a normas de caráter ambiental, urbanístico e de proteção ao patrimônio imaterial .....	286
19.	Danos ambientais .....	286
20.	Prescrições de caráter ambiental .....	287
21.	Normas de sustentabilidade nas contratações da administração pública .....	287
22.	Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida .....	289
<b>Art. 33</b>	.....	292
<b>Art. 34</b>	.....	295
1.	Sigilo do orçamento .....	295
2.	Momento da divulgação do valor estimado do contrato .....	303
3.	Divulgação do orçamento estimado da contratação na modalidade do pregão .....	304
4.	Mitigação da regra do sigilo .....	305
5.	Orçamento estimado do objeto acessível aos órgãos de controle, interno e externo .....	306
6.	Responsabilidade do agente público decorrente da divulgação, permissão da divulgação ou do acesso ao valor sigiloso atribuído ao objeto da licitação .....	307
<b>Art. 35</b>	.....	310
<b>Art. 36</b>	.....	314
<b>Art. 37</b>	.....	315
1.	Sanções aplicáveis na fase de execução contratual .....	315
1.1	Advertência .....	315
1.2	Multa .....	316
1.3	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora .....	316
2.	Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP .....	317

3.	Impedimento para disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato.....	318
4.	Impedimento para disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato em razão de outras sanções.....	319
5.	Extinção dos motivos que deram causa à restrição.....	324
<b>Art. 38</b>	.....	326
1.	Impedimento decorrente da condição de administrador ou acionista de empresa.....	327
2.	Impedimento decorrente da aplicação de sanção de suspensão.....	327
3.	Vedação à participação indireta da execução de contrato.....	327
4.	Declaração de inidoneidade.....	328
5.	Impedimento resultante da condição de sócio ou administrador de empresa sancionada com proibição para participar de licitações e contratar com o poder público.....	331
6.	Vedação à contratação de empregado ou dirigente da empresa estatal.....	333
7.	Vedação baseada na relação de parentesco.....	333
8.	Vedação baseada na permanência de vínculos.....	336
<b>Art. 39</b>	.....	337
1.	Divulgação na internet.....	337
2.	Prazos mínimos.....	340
3.	Divulgação de aviso de edital na modalidade pregão.....	341
4.	Modificações promovidas no instrumento convocatório.....	342
<b>Art. 40</b>	.....	344
1.	Regulamento interno de licitações e contratos.....	344
2.	Glossário de expressões técnicas.....	345
3.	Cadastro de fornecedores.....	345
4.	Minutas-padrão de editais e contratos.....	346
5.	Procedimentos de licitação e de contratação direta.....	346
6.	Fase externa.....	347
7.	Contratações diretas.....	351
8.	Tramitação de recursos.....	352
9.	Formalização de contratos.....	352
10.	Gestão de contratos.....	352
11.	Fiscalização de contratos.....	353
12.	Aplicação de penalidades.....	353
13.	Recebimento do objeto do contrato.....	354
14.	Outros tópicos aplicáveis à composição do regulamento.....	354
14.1	Fase interna do procedimento licitatório.....	354
14.2	Pesquisa de preços.....	357
14.3	Impugnação e pedido de esclarecimento.....	357
14.4	Sistema de registro de preços.....	358
14.5	Adesão à ata de registro de preços.....	359
14.6	Pré-qualificação.....	359
14.7	Garantia.....	359
14.8	Tratamento privilegiado a entidades de menor porte.....	359
14.9	Disponibilização na internet.....	360
<b>Art. 41</b>	.....	361
1.	Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade (art. 89).....	361
2.	Frustrar ou fraudar competição (art. 90).....	366
3.	Patrocínio direto ou indireto de interesse privado (art. 91).....	369
4.	Modificação ou vantagem contratual na fase de execução (art. 92).....	370
5.	Impedir, perturbar ou fraudar atos do procedimento licitatório (art. 93).....	372
6.	Devassar o sigilo de proposta apresentada (art. 94).....	373
7.	Afastar ou procurar afastar licitantes por meios ilegais (art. 95).....	374
8.	Fraudar licitação (art. 96).....	374
9.	Contratar com quem foi declarado inidôneo (art. 97).....	379
10.	Frustrar a participação em licitação (art. 98).....	382
11.	Aplicação de multa (art. 99).....	383
Seção III		
<b>Das Normas Específicas para Obras e Serviços</b>	.....	384
<b>Art. 42</b>	.....	384
<b>Art. 43</b>	.....	387
1.	Regimes de execução indireta.....	388
2.	Empreitada por preço unitário.....	389

3.	Empreitada por preço global .....	390
4.	Empreitada integral .....	392
5.	Tarefa .....	393
6.	Aceitação das propostas de preço nos regimes de empreitada por preço unitário e tarefa	393
7.	Aceitação de propostas de preço nos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral .....	395
8.	Contratação semi-integrada .....	396
9.	Regime de contratação integrada .....	398
10.	Anteprojeto .....	403
11.	Matriz de riscos .....	406
12.	Julgamento de propostas nos regimes de contratação integrada e semi-integrada .....	411
13.	Estimativa de custos nos regimes de contratação integrada e semi-integrada .....	412
14.	Estudos técnicos preliminares e de viabilidade técnica .....	414
15.	Estudos técnicos preliminares .....	414
16.	Estudo de viabilidade técnica .....	415
17.	Projeto básico .....	417
18.	Contratação do projeto básico e do anteprojeto .....	420
19.	Projeto executivo .....	421
<b>Art. 44</b>	.....	424
1.	Impedimentos .....	424
2.	Autores do projeto básico, anteprojeto e termo de referência .....	425
3.	Contratação de pessoa, física ou jurídica, para exercer funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento .....	426
4.	Participação de empresa cujo sócio seja associado ao autor do projeto básico em outra sociedade empresarial .....	426
5.	Pessoa jurídica participante de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico .....	428
6.	Administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio .....	428
7.	Relação de parentesco entre o sócio de empresa licitante e o autor do projeto básico ou anteprojeto .....	428
8.	Projeto executivo .....	430
9.	Empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela empresa estatal .....	430
<b>Art. 45</b>	.....	432
<b>Art. 46</b>	.....	437
1.	Contratação de mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço .....	437
2.	Procedimento licitatório e credenciamento .....	438
Seção IV		
<b>Das Normas Específicas para Aquisição de Bens</b>	.....	440
<b>Art. 47</b>	.....	440
1.	Aquisição de bens (compra) .....	440
2.	Indicação de marca ou modelo .....	442
3.	Indicação de marca ou modelo para o efeito de padronização .....	442
4.	Única marca ou modelo capaz de atender ao objeto do contrato .....	443
5.	Indicação de marca necessária à compreensão do objeto .....	444
6.	Exigência de amostra do bem no procedimento de pré-qualificação .....	445
7.	Exigência de amostra do bem na fase de julgamento das propostas ou de lances .....	445
8.	Direito à contraprova .....	446
9.	Efeito da não apresentação da amostra .....	447
10.	Certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação .....	448
11.	Exigência de caráter ambiental .....	454
<b>Art. 48</b>	.....	455
Seção V		
<b>Das Normas Específicas para Alienação de Bens</b>	.....	458
<b>Art. 49</b>	.....	458
1.	A regra geral de licitar para a alienação de bens .....	458
2.	Afastamento da regra da licitação nas alienações de bens .....	459
3.	Outras hipóteses de afastamento da regra geral da licitação nas alienações de bens .....	459
4.	Avaliação formal do bem .....	460
5.	Afastamento da avaliação formal do bem .....	461
<b>Art. 50</b>	.....	462

<b>Do Procedimento de Licitação</b> .....	465
<b>Art. 51</b> .....	465
1. Preparação da licitação.....	465
2. Divulgação.....	468
3. Apresentação de lances ou propostas .....	469
4. Julgamento .....	470
5. Verificação de efetividade dos lances ou propostas .....	470
6. Negociação .....	470
7. Habilitação.....	471
8. Interposição de recursos.....	471
9. Adjudicação do objeto .....	471
10. Homologação do resultado ou revogação do procedimento licitatório.....	472
11. Fase externa da licitação (art. 51 da Lei nº 13.303/16) na forma eletrônica .....	473
12. Inversão de fases.....	475
13. Contratação de obra de engenharia.....	476
14. Condução do procedimento licitatório .....	476
15. Segregação de funções .....	477
16. Profissionalização .....	479
<b>Art. 52</b> .....	481
<b>Art. 53</b> .....	481
1. Modos de disputa.....	481
1.1 Modo de disputa aberto .....	482
1.2 Modo de disputa fechado.....	483
2. Escolha do modo de disputa.....	483
3. Combinação dos modos de disputa.....	484
4. Lances intermediários.....	485
5. Intervalo mínimo de diferença entre lances .....	485
6. Definição das demais colocações .....	488
<b>Art. 54</b> .....	489
1. Critério de julgamento de lances ou propostas.....	490
2. Critério de julgamento baseado no menor preço .....	491
3. Menor taxa de administração .....	491
4. Critério de julgamento baseado no maior desconto.....	494
5. Desconto linear em planilhas de formação de custos .....	495
5.1 Termos aditivos.....	496
6. Critério de julgamento baseado na combinação técnica e preço.....	497
7. Critério de julgamento baseado na melhor técnica .....	500
8. Critério de julgamento baseado no melhor conteúdo artístico .....	501
9. Critério de julgamento baseado na maior oferta de preço .....	502
10. Critério de julgamento baseado no maior retorno econômico .....	503
11. Critério de julgamento baseado na melhor destinação de bens alienados .....	506
<b>Art. 55</b> .....	508
1. Preferência para entidades de menor porte.....	508
2. Novas propostas fechadas.....	509
3. Desempenho contratual precedente .....	509
4. Lei de informática e automação e Lei nº 8.666/93.....	509
5. Sorteio .....	511
<b>Art. 56</b> .....	512
1. Verificação de efetividade da proposta .....	513
2. Presença de vícios insanáveis .....	514
3. Descumprimento de especificações técnicas previstas no instrumento convocatório....	517
4. Notas e conceitos sobre propostas técnicas .....	518
5. Preços manifestamente inexequíveis.....	519
6. Desclassificação de lances ou propostas que se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação .....	522
7. Desclassificação de lances ou propostas na modalidade de pregão.....	522
8. Regimes de empreitada por preço global e empreitada integral .....	523
9. Regimes de empreitada por preço unitário e tarefa .....	524
10. Não comprovação da exequibilidade da proposta ou lance .....	525
11. Inexequibilidade de itens da planilha de formação de custos.....	527
12. Acomodação de propostas.....	529
13. Erro no preenchimento de planilha de composição de custos .....	529
14. Questões envolvendo a análise de propostas.....	530

<b>Art. 57</b> .....	532
1. Fase da negociação.....	532
2. Revogação da licitação caso as propostas permaneçam acima do valor estimado .....	533
3. Apresentação de outras propostas na modalidade de pregão .....	533
<b>Art. 58</b> .....	536
1. Rol exaustivo de requisitos de habilitação .....	536
2. Documentos aptos a comprovar a possibilidade de aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante .....	537
3. Qualificação técnica do licitante.....	539
4. Apresentação de atestados.....	540
5. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente.....	541
6. Comprovação de experiência mínima.....	545
7. Vistoria ou visita técnica.....	546
8. Capacidade econômica e financeira do licitante.....	547
9. Relação de compromissos assumidos .....	548
10. Balanço patrimonial .....	549
11. Aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis.....	549
12. Índices de qualificação econômica e financeira .....	549
13. Capital integralizado mínimo.....	551
14. Declaração de Habilitação Profissional – DHP em documentos contábeis dos licitantes.....	552
15. Certidão negativa de falência ou de execução patrimonial .....	554
16. Contratação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial.....	554
17. Licitação dividida em itens ou lotes (grupos).....	557
18. Comprovação da regularidade fiscal do licitante .....	558
19. Requisitos previstos em normas esparsas .....	561
20. Recolhimento de quantia a título de adiantamento .....	564
21. Requisitos de habilitação exigíveis na modalidade do pregão.....	566
22. Regularidade trabalhista .....	567
23. Impedimento para participar de licitação e contratar com empresa estatal.....	567
<b>Art. 59</b> .....	568
1. Fase recursal única .....	568
2. Acesso aos autos do processo.....	569
3. Competência para o julgamento de recurso.....	569
4. Prazo para julgamento do recurso.....	570
5. Inversão de fases.....	570
6. Consequências da supressão do prazo legal para a interposição de recurso.....	571
<b>Art. 60</b> .....	572
<b>Art. 61</b> .....	573
<b>Art. 62</b> .....	574
1. Revogação da licitação.....	574
2. Revogação da licitação em razão do valor da proposta ou lance.....	575
3. Revogação da licitação em decorrência da não assinatura do termo de contrato.....	575
4. Nulidade.....	576
5. Nulidade dos atos geradores do vício.....	577
6. A nulidade do contrato, precedido ou não de licitação, e a obrigação de indenizar .....	580
7. Manifestação prévia dos licitantes acerca da revogação e da anulação .....	587
Seção VII.....	589
<b>Dos Procedimentos Auxiliares das Licitações</b> .....	589
<b>Art. 63</b> .....	589
1. Diretrizes aplicáveis à pré-qualificação permanente .....	590
2. Edital de chamamento público.....	591
3. Requisitos de habilitação.....	592
4. Pré-qualificação de bens .....	595
5. Amostra .....	596
6. Licitação restrita a pré-qualificados.....	596
<b>Art. 65</b> .....	598
1. Cadastramento ou registro cadastral.....	598
2. Documento de habilitação desatualizado no registro cadastral.....	599
3. Diretrizes aplicáveis ao cadastramento.....	600
4. Prévia inscrição em registro cadastral para efeito de habilitação em licitação .....	601
5. Registro da atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas.....	601
6. Descredenciamento de inscrito no registro cadastral .....	601
7. Irregularidades nos procedimentos auxiliares de pré-qualificação e cadastramento.....	602

<b>Art. 66</b> .....	603
1. Sistema de registro de preços .....	603
2. Objetos do registro de preços .....	603
3. Regulamentação .....	604
4. Efetivação prévia de ampla pesquisa de mercado.....	605
5. Utilização da modalidade de pregão para a formação do registro de preços.....	607
6. Edital de licitação para o sistema de registro de preços.....	608
7. Rotina de controle e atualização dos preços registrados.....	609
8. Validade do registro.....	609
9. Cadastro de reserva.....	610
10. Não obrigatoriedade de contratar.....	611
11. Ata de registro de preços.....	611
12. Adesão à ata de registro de preços .....	612
12.1 Documentos e atos administrativos a instruir o processo de adesão à ata de registro de preços .....	613
13. Empresas estatais participantes do sistema de registro de preços.....	614
<b>Art. 67</b> .....	617
1. Catálogo eletrônico de padronização .....	617
REFERÊNCIAS .....	619

COMENTÁRIOS – ARTIGOS 68-97  
JULIANO HEINEN

<b>CAPÍTULO II</b> <b>DOS CONTRATOS</b> .....	<b>623</b>
Seção I <b>Da Formalização dos Contratos</b> .....	<b>623</b>
<b>Art. 68</b> .....	623
1. Contratos administrativos e contratos da Administração.....	623
2. Natureza jurídica dos contratos feitos pelas empresas estatais.....	626
3. Conclusões.....	629
<b>Art. 69</b> .....	631
1. Regime jurídico das cláusulas contratuais imprescindíveis .....	632
2. Cláusulas necessárias dos contratos regidos pela Lei nº 13.303/16 .....	634
2.1 Objeto e elementos característicos do contrato – Inciso I .....	635
2.2 Regime de execução ou a forma de fornecimento – Inciso II.....	635
2.3 Condições de pagamento, periodicidade e critérios de reajuste – Inciso III.....	635
2.4 Prazos, etapas e fases do adimplemento – Inciso IV .....	636
2.5 Garantias – Inciso V .....	636
2.6 Direitos e responsabilidades das partes contratantes e penalidades – Inciso VI.....	637
2.7 Alteração e rescisão contratual – inciso VII.....	638
2.8 Vinculação ao instrumento convocatório – inciso VIII .....	639
2.9 Necessidade de o contratado manter as condições de habilitação e as obrigações assumidas durante o ajuste – inciso IX .....	640
2.10 Matriz de riscos – inciso X.....	640
3. Contratos decorrentes de licitações de obras ou serviços de engenharia em que tenha sido adotado o modo de disputa aberto .....	643
4. Cláusula de eleição de foro .....	644
<b>Art. 70</b> .....	646
1. Introdução .....	646
2. As garantias da <i>Lei das Estatais</i> – Lei nº 13.303/16.....	647
3. Espécies de garantias .....	648
4. Limites normativos às garantias .....	649
<b>Art. 71</b> .....	652
<b>Art. 72</b> .....	654
<b>Art. 73</b> .....	655
<b>Art. 74</b> .....	657
1. Introdução .....	657
2. Acesso à informação pública .....	658
3. Todas as sociedades de economia mista e empresas públicas sujeitam-se à Lei nº 12.527/11? .....	659

4.	Conhecimento dos termos do contrato e a obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes.....	662
5.	Casos de sigilo.....	663
<b>Art. 75</b>	.....	666
<b>Art. 76</b>	.....	668
<b>Art. 77</b>	.....	670
<b>Art. 78</b>	.....	673
1.	Requisitos à subcontratação.....	673
2.	Vedações à possibilidade de subcontratação .....	675
3.	Contratos personalíssimos.....	678
<b>Art. 79</b>	.....	679
1.	Precisão conceitual.....	679
2.	Contratos de eficiência, com “cláusula de sucesso” ou com critério de “maior retorno econômico”.....	680
<b>Art. 80</b>	.....	684
Seção II		
<b>Da Alteração dos Contratos</b>	.....	685
<b>Art. 81</b>	.....	685
1.	Origem e perspectiva dogmática sobre a alteração dos contratos feitos pelas entidades da administração pública .....	686
2.	Alteração bilateral dos contratos feitos pelas empresas estatais .....	687
3.	Alcance do art. 81 .....	688
4.	As hipóteses de alteração contratual admitidas .....	689
5.	Limites das alterações contratuais .....	691
6.	Reequilíbrio econômico-financeiro.....	693
Seção III		
<b>Das Sanções Administrativas</b>	.....	695
<b>Art. 82</b>	.....	695
<b>Art. 83</b>	.....	699
1.	Sanções administrativas aplicáveis a contratado.....	699
2.	Espécies de sanções.....	700
3.	Comunicação das penalidades ao cadastro de pessoas jurídicas punidas .....	703
<b>Art. 84</b>	.....	705
CAPÍTULO III		
<b>DA FISCALIZAÇÃO PELO ESTADO E PELA SOCIEDADE</b>	.....	707
<b>Art. 85</b>	.....	707
CAPÍTULO III		
<b>DA FISCALIZAÇÃO</b>	.....	708
1.	Competência para fiscalizar as empresas estatais .....	709
2.	Acesso aos dados das empresas estatais.....	711
<b>Art. 86</b>	.....	713
1.	Transparência das despesas relativas a licitações e contratos – Acesso e controle .....	714
2.	Dados, informações ou documentos sigilosos .....	717
<b>Art. 87</b>	.....	720
1.	Competência para o controle de despesas e ônus da prova da legalidade na prestação de contas .....	721
2.	Controle feito pelos cidadãos .....	722
3.	Controle pelos licitantes .....	723
4.	Providências que podem ser tomadas.....	723

<b>Art. 88</b> .....	724
<b>Art. 89</b> .....	726
<b>Art. 90</b> .....	727
<b>TÍTULO III</b>	
<b>DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS</b> .....	<b>730</b>
<b>Art. 91</b> .....	730
<b>Art. 92</b> .....	733
1. Registro das empresas estatais .....	733
2. Consequência jurídica do não atendimento a determinação de registro .....	734
<b>Art. 93</b> .....	735
1. Limites de gastos com publicidade .....	735
2. Gastos de publicidade no ano da eleição .....	736
<b>Art. 94</b> .....	740
<b>Art. 95</b> .....	743
<b>Art. 96</b> .....	744
<b>Art. 97</b> .....	745
REFERÊNCIAS .....	747

ANEXOS  
MODELOS DE EDITAIS

<b>EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO (COMPRA)</b> .....	<b>753</b>
<b>EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA</b> .....	<b>753</b>
1 – PREÂMBULO .....	753
2 – DO OBJETO .....	753
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	754
4 – DO CREDENCIAMENTO .....	755
5 – DO ENVIO DA PROPOSTA .....	755
6 – DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	757
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES .....	759
8 – DA AMOSTRA .....	760
9 – DA HABILITAÇÃO .....	760
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	763
11 – DOS RECURSOS .....	764
12 – DO TERMO DE CONTRATO .....	764
13 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL .....	765
14 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO .....	765
15 – DO PAGAMENTO .....	765
16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	765
17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	766
<b>EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – COMPRA – ART. 48, I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 (CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP E SOCIEDADE COOPERATIVA)</b> .....	<b>769</b>
<b>EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA</b> .....	<b>769</b>
1 – PREÂMBULO .....	769
2 – DO OBJETO .....	770
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	770
4 – DO CREDENCIAMENTO .....	771
5 – DO ENVIO DA PROPOSTA .....	771
6 – DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	773
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES .....	774
8 – DA AMOSTRA .....	775
9 – DA HABILITAÇÃO .....	776
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	778
11 – DOS RECURSOS .....	778

12 – DO TERMO DE CONTRATO .....	779
13 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL .....	779
14 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	779
15 – DO PAGAMENTO.....	779
16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	779
17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	781

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (COMPRA) .....	783
--	-----

**EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA .....783**

1 – PREÂMBULO.....	783
2 – DO OBJETO .....	783
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....	784
4 – DO CREDENCIAMENTO.....	785
5 – DO ENVIO DA PROPOSTA.....	785
6 – DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	787
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES.....	789
8 – DA AMOSTRA .....	790
9 – DA HABILITAÇÃO.....	790
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	793
11 – DOS RECURSOS .....	794
12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	794
13 – DO TERMO DE CONTRATO .....	795
14 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL .....	795
15 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	795
16 – DO PAGAMENTO.....	796
17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	796
18 – ENTIDADES PARTICIPANTES (se for o caso) .....	797
20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	797

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS).....	799
---	-----

**EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA .....799**

1 – PREÂMBULO.....	799
2 – DO OBJETO .....	799
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....	799
4 – DO CREDENCIAMENTO.....	801
5 – DO ENVIO DA PROPOSTA.....	801
6 – DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES.....	802
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES.....	805
8 – DA HABILITAÇÃO.....	806
9 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS .....	809
10 – DOS RECURSOS .....	809
11 – DO TERMO DE CONTRATO .....	810
12 – DA REPACTUAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL.....	810
13 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO .....	810
14 – DO PAGAMENTO.....	810
15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	810
16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	812

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL – COMPRA .....	813
---	-----

**EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA .....813**

1 – PREÂMBULO.....	813
2 – DO OBJETO .....	813
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....	813
4 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO .....	814
5 – DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº 1) E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2).....	815
6 – REQUISITOS DA PROPOSTA DE PREÇO .....	816
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES.....	818
8 – DA AMOSTRA .....	820
9 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .....	821
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU PROVIDÊNCIAS .....	823
11 – DOS RECURSOS .....	824

12 – DO TERMO DE CONTRATO .....	824
13 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL .....	825
14 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	825
15 – DO PAGAMENTO.....	825
16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	825
17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	826

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	829
--	-----

**EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA ..... 829**

1 – PREÂMBULO.....	829
2 – DO OBJETO .....	829
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....	829
4 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO .....	831
5 – DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº 1) E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2).....	831
6 – REQUISITOS DA PROPOSTA DE PREÇO .....	833
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES.....	834
8 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .....	836
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU PROVIDÊNCIAS .....	839
11 – DOS RECURSOS.....	840
12 – DO TERMO DE CONTRATO .....	840
13 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL .....	841
14 – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	841
15 – DO PAGAMENTO.....	841
16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	841
17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	842